PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2013
(Do Sr. Paulo Teixeira, Jô Moraes e Romário)

Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984
(Lei de Execução Penal).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 126 e 129 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho, por estudo ou por desporto parte do tempo de execução da pena.
.....
.....

§ _____ 1º.
.....
.....

III – 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência desportiva dividida, no mínimo, em 6 (seis) dias alternados.
.....
.....

§ 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho, de estudo e de desporto serão definidas de forma a se compatibilizarem.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho, nos estudos ou no desporto continuará a beneficiar-se com a remição.
.....

...” (NR)

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando, estudando ou exercendo prática desportiva, com informação dos dias de trabalho, das horas de frequência escolar, de atividades de ensino e das práticas desportivas de cada um deles.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A aplicação das penas, em nosso sistema de Justiça, deve atender a duas finalidades sociais: a de retribuição pelos danos causados pela prática do crime e a de ressocialização dos apenados, por meio do aperfeiçoamento de valores sociais que permitem a convivência harmoniosa entre os indivíduos.

Entretanto, as reiteradas notícias de violação de direitos dos presos nos estabelecimentos prisionais demonstram uma falha do sistema penitenciário em assegurar ambas as finalidades, pois que, simultaneamente, se impede a efetiva ressocialização dos condenados e se desqualifica o papel retributivo da penalidade, tornando-se constante alvo de críticas e descrédito social.

A promoção de alternativas penais e o incremento de medidas outras, tais como a remição, reduzem os índices de reincidência criminal, haja à vista o fortalecimento nos apenados de valores imprescindíveis à paz social, como a disciplina, o comportamento ético, o respeito às regras e ao próximo, devendo, por tais benefícios, serem continuamente consideradas como diretrizes para um sistema de Justiça eficaz na repressão e ressocialização dos condenados.

Especificamente quanto à remição (atualmente concedida para os apenados que trabalham ou estudam, nos termos do artigo 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal), sugere-se o seu aperfeiçoamento, para contemplar a possibilidade de seu reconhecimento aos apenados que exercem prática de esporte regular.

É notório que a atividade desportiva, para além de seus benefícios de saúde, suscita a necessidade de criação de ambiente de convívio pacífico entre seus praticantes, o que aprimora, conseqüentemente, o hábito da disciplina e o desenvolvimento ou manutenção de uma habilidade corporal e mental que lhe possibilite adquirir uma formação que lhe será útil quando deixar a prisão.

Uma atividade desportiva dentro dos presídios se denota como uma alternativa saudável e eficiente para o cumprimento da sanção penal, tanto para o preso como para a sociedade, posto que dimensiona o ser humano através de sua capacidade produtiva, inculcando-lhe valores e aptidões imprescindíveis para a vida em sociedade.

A preocupação em promover atividades cientificamente orientadas pelos estabelecimentos penitenciários, atendendo às aptidões vocacionais e ao temperamento dos internos, garante, ao mesmo tempo, que sejam atingidas as funções da pena, de retribuição e ressocialização.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado PAULO TEIXEIRA

Deputada JÔ MORAES

Deputado ROMÁRIO